

FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - AL

Estudo Técnico Preliminar 3/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: E:23010.0000002055/2025

2. Descrição da necessidade

O Nordeste brasileiro é caracterizado por ser uma região semiárida, que durante o ano recebe pouca chuva, tornando-se de forma natural uma das principais causas da seca. A seca que atinge as populações rurais ocasiona vulnerabilidade, em decorrência dessa instabilidade climática, gerando dificuldades sociais, falta de recursos econômicos, fome e miséria.

Apesar das inúmeras ações do governo de Alagoas que vem implantando ao longo dos últimos anos no sentido de oferecer água em quantidade suficiente e de boa qualidade não tem atendido em sua totalidade a população rural, ainda tem como um de seus desafios garantir acesso à água com padrões adequados de qualidade e armazenamento.

O governo Federal instituiu, por meio do Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – Água para Todos. O referido programa destina-se a promover a universalização do acesso à água a famílias em situação de vulnerabilidade social residentes em áreas rurais, no que se refere ao consumo humano e a produção agrícola e alimentar.

Dentre as tecnologias apoiadas no âmbito do referido programa se encontra a construção de barreiros ou pequenas barragens, que são pequenas construções para captação de água da chuva que visam atender a carência de água para produção agrícola e dessedentação animal.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Programa Água Para Todos	Judinete Cabral de Santana Barbosa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- A execução dos serviços de construção de 16 (dezesesseis) barreiros será realizada por empresa especializada no ramo e comprovada por acervo técnico a sua experiência nas normas e especificações técnicas exigidas, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste ETP, Termo de Referência e no Projeto Básico.
- A licitação será na modalidade concorrência, na forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço global, com modo de disputa aberto e fechado, e a contratação dela decorrente tem fundamentação legal no art. 6º, inciso XXI, "a", da Lei nº 14.133 /2021.
- A contratação do objeto será prestada nas condições estabelecidas no Projeto Básico de Engenharia e prazo de execução prevista em seu cronograma físico-financeiro.
- Não será permitida a participação de consórcio, onde é justificada pelos serviços de baixa complexidade técnica, sem aferir nenhum prejuízo econômico ou de restrição à competição.
- Não será permitida a subcontratação do objeto contratual.

- No presente caso, não será adotado Sistema de Registro de Preços, devido a necessidade de ser licitado e já contratado de imediato a execução dos serviços, não sendo necessário manter o registro de preços para contratações futuras.

- Será imprescindível a vistoria para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.

- **Requisitos de sustentabilidade**

- Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumo e materiais consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

- A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

- **Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados**

- Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

- Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução do projeto, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;

- Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;

- Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “ Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

- Portaria conjunta MGI/CGU Nº 33, de 30 de agosto de 2023.

5. Levantamento de Mercado

A obra a ser realizada será respaldada no Projeto básico e em outros serviços de Engenharia que requer para sua execução.

Constata-se que a solução existente no mercado é a contratação de Empresa de Engenharia especializada na execução de serviços em pequenas barragens/barreiros.

6. Descrição da solução como um todo

A contratação destina-se a execução de serviços comuns de engenharia, com elementos que deverão ser definidos em projeto básico prevendo, inicialmente, os seguintes serviços:

- Terraplanagem;

- Drenagem;

- Maciço do barreiro;

- Vertedouro.

Durabilidade E Manutenção Do Objeto:

- Os barreiros construídos terão uma duração permanente com manutenção preventiva dos seus taludes podendo possíveis crescimentos de árvores evitando erosões.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantitativo
1848	Obras civis - barragens de terra	Unidade	16

Serão contratadas, de acordo com a estimativa de custo da Planilha Orçamentária (33832087), a construção prevista de 16 barreiros.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.330.313,56

Valor (R\$): 1.330.313,56

A contratação prevista está estimada no valor total de R\$ 1.330.313,56 (um milhão, trezentos e trinta mil, trezentos e treze reais e cinquenta e seis centavos), através de recursos do Convênio nº 769278/2012, já liberado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento e Regional – MIDR.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução não é recomendável, considerando os motivos seguintes:

1. Maior economicidade ao Estado de Alagoas, considerando um único procedimento licitatório, menor equipe de fiscalização e supervisão, além da possibilidade de compatibilização de serviços, resultando em menores preços a serem ofertados pelas licitantes, além de que duplicidade de alguns itens seria evitada, como mobilização, locação de container, placa de obra, administração local, e outros.
2. Menor prazo de execução, considerando que alguns serviços são predecessores um dos outros, a instalação de equipamentos depende da execução das obras de infraestrutura da área, onde o planejamento fica comprometido quando envolve várias empresas, sendo, por exemplo, numa eventual falha da empresa de infraestrutura, ficam prejudicados os demais serviços da referida obra, comprometendo o cronograma de execução, ocasionando em prejuízos quando prazo de entrega mais alongado;
3. Maior garantia das obras executadas, onde a eventual subdivisão das obras comprometeria a garantia dos serviços executados, podendo haver em caso de sinistro a mútua acusação das empresas contratadas sobre a responsabilidade do dano, e onde no caso de uma empresa só apenas a essa seria atribuída à responsabilidade;
4. Melhor gestão do contrato, onde a tratativa com uma única empresa facilitaria a fiscalização e supervisão do mesmo, que recairia sobre um único contratado, gerando menor número de boletins de medição, relatórios, diários de obra e outros documentos necessários ao gerenciamento da obra.

Portanto, recomendamos que a contratação não seja parcelada por não ser vantajoso para a administração e por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes com a contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no PCA 2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a contratação pretende a Administração alcançar os benefícios seguintes:

- Mais uma tecnologia para ter reserva de água nas comunidades localizadas na zona rural.
- Contribuir para fixação do homem no campo, através da criação de pequenos rebanhos adaptados (cabras e/ou ovelhas)
- Incentivo a plantação de hortas, frutíferas e outras lavouras de subsistência, contribuindo para geração de renda.
- Acesso a água para produção agrícola.

13. Providências a serem Adotadas

- Acompanhamento e fiscalização das ações previstas no Projeto existente para a execução dos barreiros.
- Indicar o servidor público para gestor do contrato.
- Conforme a Lei nº 7.625 de 22 de maio de 2014 não há previsão de Licenciamento para este tipo de execução de barragens, sendo assim, insento dessa necessidade (34047024).
- Quanto a outorga, por se tratar de obra de pequeno porte em trechos de regime temporário, a outorga está dispensada visto que a tecnologia irá apenas acumular água de chuva em pequenos volumes.

14. Possíveis Impactos Ambientais

- Risco: supressão de vegetação na bacia hidráulica.
- Medida preventiva: revegetar a área do talude do barreiro como proteção e evitar erosão nos períodos chuvosos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base na avaliação dos elementos anteriores do estudo técnico preliminar, declaro que a contratação se mostra técnica, socioeconômica e ambientalmente viável.

MAPA DE RISCO

RISCO 01	
FASE DE ANÁLISE: Planejamento da contratação e seleção do fornecedor.	
RISCO 01: Licitação deserta ou fracassada	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta

Impacto:	() Baixo (X) Médio () Alto
Dano: Não contratação dos serviços	
Ação Preventiva: Identificação prévia de possíveis fornecedores e envio do aviso de licitação	Responsável: Comissão Permanente de Licitações - CPL/AL
Ação de Contingência: Repetição do Certame	Responsável: Comissão Permanente de Licitações - CPL/AL
RISCO 02	
FASE DE ANÁLISE: Planejamento da contratação e seleção do fornecedor	
RISCO 02: Empresa vencedora se recusa a assinar o contrato	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto
Dano: Não contratação dos serviços	
Ação Preventiva: Não há	Responsável: Comissão Permanente de Licitações - CPL/AL
Ação de Contingência: Convocação dos demais licitantes ou repetição do certame	Responsável: Comissão Permanente de Licitações - CPL/AL
RISCO 03	
FASE DE ANÁLISE: Celebração do contrato	
RISCO 03: Empresa não mantém as condições de habilitação	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto
Dano: Não contratação dos serviços	
Ação Preventiva: Não há	Responsável: Comissão Permanente de Licitações - CPL/AL
Ação de Contingência: Convocação dos demais licitantes ou repetição do certame	Responsável: Comissão Permanente de Licitações - CPL/AL
RISCO 04	
FASE DE EXECUÇÃO: Realização dos serviços das obras	

RISCO 04: Desistência da Empresa	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto
Dano: Paralisação dos serviços	
Ação Preventiva: Não há	Responsável: Comissão Permanente de Licitações - CPL/AL
Ação de Contingência: Convocação dos demais licitantes ou repetição do certame	Responsável: Comissão Permanente de Licitações - CPL/AL

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JUDINETE CABRAL DE SANTANA BARBOSA
Responsável pela contratação direta

ANA EMILIA LOPES DE BARROS
Equipe de apoio